

Coleção **GRANDES TEMAS DO NOVO CPC**

Coordenador geral: FREDIE DIDIER JR.

9

JUSTIÇA MULTIPORTAS

Mediação, conciliação, arbitragem e outros
meios de solução adequada para conflitos

COORDENADORES

Hermes Zaneti Jr.

Trícia Navarro Xavier Cabral



2017

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

J96 Justiça Multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios de
solução adequada para conflitos / Hermes Zaneti Jr. e Trícia Navarro Xavier Cabral –
Salvador: Juspodivm, 2016.

816 p. (Coleção grandes temas do novo CPC, v. 9 / Coordenação geral, Fredie
Didier Jr.)

Vários autores.

ISBN 978-85-442-0857-1.

1. Justiça Multiportas. 2. Mediação, Conciliação, Arbitragem. 3. Decisões
judiciárias: espécies e formas. I. Zaneti Jr., Hermes. II. Trícia, Navarro Xavier Cabral.
III. Título.

CDD 342.6643

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1084867

Sumário

CAPÍTULO 1 ► É urgente construir alternativas à justiça 27

José Renato Nalini

CAPÍTULO 2 ► Justiça multiportas e tutela constitucional adequada: autocomposição em Direitos Coletivos..... 35

Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr.

1. Generalidades. Justiça Multiportas (Multi-door Justice) como justiça adequada 36
2. Da alternatividade à adequação..... 37
3. Da possibilidade de transação nos processos coletivos e da impossibilidade de renúncia ao direito em que se funda a ação coletiva..... 38
4. O compromisso de ajustamento de conduta: extrajudicial e judicial 39
 - 4.1. Generalidades..... 39
 - 4.2. Órgãos públicos legitimados: Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública (legitimados para o compromisso extrajudicial ou judicial) e os demais colegitimados (legitimados para o compromisso judicial) 43
 - 4.3. A concreção de direitos e deveres a partir dos compromissos de ajustamento de conduta..... 44
 - 4.4. A utilização da produção antecipada de provas como instrumento que estimula a autocomposição..... 45
5. Audiência preliminar de mediação ou conciliação (art. 334, CPC)..... 47
6. Negócios jurídicos processuais coletivos 49
7. A autocomposição em ação de improbidade administrativa 50
 - 7.1. A revogação do art. 17, § 1º, Lei n. 8.429/1992. A necessária interpretação histórica. A colaboração premiada e o acordo de leniência como negócios jurídicos processuais atípicos no processo de improbidade administrativa 50
 - 7.2. A autocomposição e o pedido de ressarcimento ao erário 53
8. Controle da autocomposição pelo juiz. O dever de controle do mérito do acordo e da legitimação adequada..... 53
9. Limites à autocomposição nos processos coletivos 56

10. Outras ponderações contra o acordo judicial: fiscalização do desequilíbrio econômico e de informações entre as partes	57
11. O princípio da primazia do julgamento de mérito, tutela integral do direito, disparidade econômica e a necessidade de produção de prova adequada para a conciliação ou mediação: coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i>	58
12. A possibilidade de impugnação pelos legítimos por meio do recurso de terceiro interessado e outras ações de impugnação autônomas	59
13. Conclusões	61
Referências Bibliográficas	63

CAPÍTULO 3 ► Breve ensaio sobre a postura dos atores processuais em relação aos métodos adequados de resolução de conflitos 67

Rodrigo Mazzei e Bárbara Seccato Ruis Chagas

1. Introdução	67
2. As partes.....	69
3. Os auxiliares da justiça: conciliadores e mediadores	75
3.1. Outros auxiliares da Justiça: o Oficial de Justiça	79
4. Advogados, defensores públicos e Ministério Público	80
5. O juiz	85
6. Breve fechamento	87
Referências.....	88

CAPÍTULO 4 ► Os “princípios” da mediação e da conciliação: uma análise da Res. 125/2010 do CNJ, do CPC/2015 e da Lei 13.140/2015..... 91

Ravi Peixoto

1. Aspectos iniciais da mediação e da conciliação.....	91
2. Os princípios e a regulação normativa da mediação e da conciliação	94
2.1. Princípio da independência	96
2.2. Princípio da imparcialidade e da isonomia entre as partes	96
2.3. Princípio da autonomia da vontade	97
2.4. Princípio da confidencialidade	97
2.4.1. Pessoas atingidas pelo dever de confidencialidade	99
2.4.2. Informações protegidas.....	99
2.4.3. Exceções à confidencialidade.....	99

2.4.4. Confidencialidade e poder público	100
2.4.5. Dever de informar sobre a confidencialidade	101
2.4.6. Consequências da violação da confidencialidade	101
2.5. Oralidade e informalidade	102
2.6. Decisão informada	102
2.7. Boa-fé	103
2.8. Competência	103
2.9. Respeito à ordem pública e às leis vigentes	105
2.10. Empoderamento e validação	106
3. Conclusão	107

CAPÍTULO 5 ► A audiência de conciliação ou de mediação no novo Código de Processo Civil..... 109

Aluisio Gonçalves De Castro Mendes e Guilherme Kronenberg Hartmann

1. Aspiração legislativa e comparações rituais	109
2. Figura do conciliador e do mediador e sua escolha.....	112
3. Procedimento	113
3.1. Presença e ausência	113
3.2. Designação e realização	114
3.3. Adiamento e dispensa	118
3.4. Litisconsórcio passivo	121
3.5. Pauta de audiência: intervalo mínimo entre as sessões; fracionamento da sessão e realização por meio eletrônico	123
4. Realização da audiência de conciliação ou de mediação nos procedimentos especiais	124
5. Palavras finais.....	126
Referências.....	127

CAPÍTULO 6 ► A audiência do art. 334 do Código de Processo Civil: da afronta à voluntariedade às primeiras experiências práticas 129

Ana Cândida Menezes Marcato

1. A expansão dos meios de resolução de conflito	129
2. O novo Código de Processo Civil e o estímulo ao sistema multiportas de resolução de conflitos	132
3. A voluntariedade na mediação e a audiência do art. 334, CPC	134

4. A adequada interpretação sistemática.....	137
5. Primeiras experiências práticas.....	137
Referências Bibliográficas	139

CAPÍTULO 7 ► Negócios jurídicos processuais sobre mediação e conciliação 141

Júlia Lipiani e Marília Siqueira

1. Considerações introdutórias	141
2. Negócio jurídico processual	143
2.1. Conceito	143
2.2. A cláusula geral de negócio processual no Código de Processo Civil	146
3. Os negócios jurídicos processuais acerca da mediação e da conciliação	148
3.1. Negócios jurídicos processuais sobre o mediador ou conciliador e sobre a câmara privada de mediação ou conciliação	148
3.2. Negócios jurídicos processuais sobre o procedimento de mediação ou conciliação	151
3.3. Negócios jurídicos processuais sobre as situações jurídicas dos sujeitos envolvidos na mediação ou conciliação	155
4. Síntese conclusiva.....	163
Referências bibliográficas	164

CAPÍTULO 8 ► O Código de Processo Civil de 2015 e a conciliação nos processos envolvendo a Fazenda Pública 169

Cláudio Penedo Madureira

1. Introdução	169
2. Particularidades da celebração de acordos pela Fazenda Pública	171
2.1. O regime jurídico administrativo e a vinculação dos agentes estatais ao Direito	173
2.2. Reflexos do regime jurídico administrativo sobre a atuação da Fazenda Pública em juízo.....	178
2.3. Fundamento constitucional para a disposição sobre direitos e interesses deduzidos pela Fazenda Pública em contrariedade ao Direito	185
2.4. Modalidades de conciliação abertas para a Fazenda Pública: transação ou composição do litígio?.....	188
3. Exercício teórico de compatibilização do rito processual ao <i>modus operandi</i> da celebração de acordos pela Fazenda Pública.....	191

3.1. Conciliação em processos envolvendo a Fazenda Pública: autonomia da vontade versus vinculação dos agentes estatais ao Direito.....	192
3.2. Adequação do rito processual às especificidades da formação da decisão administrativa pela disposição quanto a direitos e interesses deduzidos em juízo pela Fazenda Pública.....	194
3.2.1. Enfrentamento do tema a partir da tensão entre os princípios da oralidade, da informalidade e do acesso à justiça	195
3.2.2. Impossibilidade teórica de os advogados da Fazenda Pública deliberarem sobre acordos no curso da audiência	197
4. Conclusões.....	207
5. Referências bibliográficas.....	209

CAPÍTULO 9 ► Magistratura e mediação.....215

Juliana Loss de Andrade

1. Generalidades.....	215
2. Magistrados e o início da mediação.....	216
3. Magistrados e o processo de mediação.....	219
4. Magistrados e o fim da mediação	220
5. Considerações finais.....	222

CAPÍTULO 10 ► Reflexões sobre a negociação e a mediação para o Ministério Público225

Luciano Badini

1. Introdução	225
2. As ondas de acesso à justiça	226
3. A moderna teoria do conflito e o Ministério Público	228
4. Negociação, mediação e conciliação na resolução CNMP nº 118/2015	229
5. O novo CPC e o Ministério Público	231
6. A Lei de Mediação e o Ministério Público.....	234

CAPÍTULO 11 ► De fiscal da lei à fiscal da ordem jurídica. A solução consensual dos conflitos como novo espaço de atuação institucional237

Alexandre Sikinowski Saltz

CAPÍTULO 12 ► Novo Código de Processo Civil – O Ministério Público e os métodos autocompositivos de conflito – negociação, mediação e conciliação..... 253

Paulo Valério Dal Pai Moraes

1. Introdução	253
2. Breves considerações sobre o conflito	258
3. Métodos autocompositivos – negociação, mediação e conciliação	260
3.1. Negociação	260
3.2. Mediação	263
3.3. Conciliação	267
4. Métodos autocompositivos e o Ministério Público	268

CAPÍTULO 13 ► A (In)disponibilidade do interesse público: consequências processuais (composições em juízo, prerrogativas processuais, arbitragem, negócios processuais e ação monitória) – versão atualizada para o CPC/2015275

Eduardo Talamini

1. Introdução	276
2. O direito material: a indisponibilidade do interesse público, seu núcleo essencial e suas gradações	276
3. O dever de submissão à legalidade, independentemente de determinação judicial	277
4. O princípio geral da não-necessariedade da intervenção jurisdicional nas relações de direito público	278
5. Indisponibilidade do direito material versus indisponibilidade da pretensão à tutela jurisdicional estatal	279
6. O direito processual	280
6.1. Os mecanismos estritamente processuais de indisponibilidade	280
6.2. O dever de a Administração cumprir suas obrigações permanece depois de instaurado o processo judicial	282
7. A eventual renúncia a direitos pelo particular, na composição com a Administração	283
8. Limites e condicionantes à composição em exame	284
9. Transação propriamente dita	285
10. Arbitragem e Poder Público	287

10.1. O requisito da “disponibilidade”	287
10.2. O requisito da patrimonialidade	289
10.3. Síntese	290
10.4. Panorama doutrinário e jurisprudencial	290
11. Negócios processuais e Administração Pública	293
12. Ação monitória e Fazenda Pública	294
13. Encerramento	297

CAPÍTULO 14 ► Diffusing disputes: the public in the private of arbitration, the Private in Courts, and the Erasure of Rights 299

Judith Resnik

1. Introduction: dispute diffusion	300
2. The public in courts	310
3. The creation and erasure of rights	327
4. Locating the private and the public in arbitration	343
4.1. The Paradigm of Merchants, Contracts, and Consent	347
4.2. From Waffles to Cheerios: Employees, Consumers, and Obligations To Arbitrate	350
5. Metrics of effective vindication, adequacy, and unconscionability	359
5.1. Gateways to Judging Arbitration’s Legitimacy	359
5.2. Effective Vindication’s Genesis in an “International Commercial Transaction” and Under the Supervision of the Securities and Exchange Commission	367
5.3. Judicial Cost-Benefit Analyses and the Question of Collective Actions	369
5.4. “Mass” Arbitration Clauses Without a Mass of Claims	376
5.4.1. Public Access to, and Confidentiality in, Arbitration	377
5.4.2. Accounting for Individual Consumer and Employee Arbitrations	382
5.4.2.1. Finding the Filings	383
5.4.2.2. Locating the Rules and Fee Structures	390
5.4.2.3. Concerns about Compliance	392
5.5. Contracting for Judges in a Market for Courts	392
5.6. Regulated Arbitrations: Court-Annexed Arbitration in Federal Courts, Agency Supervision, and European Directives	395
6. Conclusion: “nightmarish” scenarios and the constitution of courts	399

CAPÍTULO 15 ► Transação de direitos indisponíveis? 405

Elton Venturi

1. O enigma dos direitos indisponíveis.....	405
2. Autotutela e direitos indisponíveis	407
3. Direitos indisponíveis, adjudicação pública e meios alternativos de resolução de conflitos	409
4. Transação e direitos indisponíveis.....	412
5. O controle sobre a livre manifestação das vontades dos titulares dos direitos indisponíveis e a ponderação sobre a razoabilidade do procedimento negocial	416
5.1. O meio ambiente é negociável?	418
5.2 A probidade administrativa é negociável?.....	419
5.3 A liberdade individual e a pretensão punitiva estatal são negociáveis?	422
6. Disponibilidade dos direitos indisponíveis?	426
Referências bibliográficas	427

CAPÍTULO 16 ► Conciliação – As técnicas de negociação e a nova política judiciária 431

Américo Bedê Júnior e Cristiane Conde Chmatalik

Introdução. Da heterocomposição às técnicas alternativas de resolução do conflito .	431
1. A importância da negociação como técnica de resolução de conflitos.....	432
2. Mediação e conciliação: diferenças conceituais.....	434
3. A conciliação na Justiça Federal da 2ª Região – Rio de Janeiro e Espírito Santo	436
4. A Nova Lei de Mediação: breves reflexões.....	437
5. O novo Código de Processo Civil e a Conciliação	439
6. Conclusão. Da esperança de uma nova prática consensual no judiciário brasileiro	441

CAPÍTULO 17 ► Existe possibilidade de acordo no novo CPC?..... 443

Irapuã Santana do Nascimento da Silva

1. Introdução	443
2. Aplicabilidades da mediação/conciliação	444
3. Das barreiras da negociação	447
4. Princípio da igualdade	447
5. Política de mediação/conciliação	448

6. Vícios de vontade	452
7. conclusão	456
Referências bibliográficas	456

CAPÍTULO 18 ► Análise comparativa entre a Lei de Mediação e o CPC/2015..... 463

Trícia Navarro Xavier Cabral

1. A evolução legislativa da mediação.....	463
2. Principais aspectos da Lei de Mediação.....	466
3. A mediação e o novo CPC.....	468
4. Comparativo entre a Lei de Mediação e o CPC/2015.....	469
4.1. Incidência e conceito da mediação.....	470
4.2. Escolha do mediador e princípios	470
4.3. Objeto da mediação e a atividade dos mediadores.....	471
4.4. Impedimento e suspeição do mediador.....	471
4.5. Da impossibilidade do exercício da mediação	472
4.6. O tratamento dos mediadores	473
4.7. Do procedimento	474
4.8. A confidencialidade	479
4.9. Mediação e Administração Pública.....	479
4.10. Disposições gerais	480
5. Direito intertemporal.....	481
6. Referências	483

CAPÍTULO 19 ► Mediação..... 485

Cesar Felipe Cury

1. Introdução	485
2. A Constituição Federal, o Pós-Positivismo e o Acesso à Justiça	486
3. Acesso à Justiça, Multi-Door Courthouses e Alternative Dispute Resolution.....	487
4. Métodos Consensuais como Acesso Democrático à Solução Justa dos Conflitos.....	488
5. Novos Direitos e a Hiperjudicialização.....	489
6. Hiperjudicialização, Demandas de Massa e Acesso à Justiça.....	489
7. Constituição, Jurisdição, Processo e Acesso à Solução Justa – Novos Paradigmas ..	491
8. Processo Justo e Acesso à Solução Justa.....	493
9. Solução Justa e Métodos Consensuais	494

9.1. Equivalentes Processuais.....	494
10. O Processo como Ultima Ratio – Os Limites da Jurisdição.....	495
10.1. Processo Justo, Métodos Consensuais e Identidade de Princípios.....	495
10.2. O Resgate da Solução Consensual.....	496
10.3. Solução Consensual e o Novo Código de Processo Civil.....	497
11. Lei n. 13140/15 e Mediação Obrigatória	498
11.1. A Constitucionalidade da Mediação Obrigatória.....	499
11.2. Mediação Obrigatória e Autonomia da Vontade.....	500
11.3. Mediação Pré-Processual Privada – Centros Judiciários de Solução de Conflitos	501
12. Pre-Action Protocols.....	504
13. Conclusão	506
Bibliografia	506

CAPÍTULO 20 ► Audiência(s) e Sessão(ões) de Mediação na Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015) 509

Maurício Vasconcelos Galvão Filho

1. Introdução	509
2. Da audiência de mediação.....	513
3. Da sessão de mediação	515
4. Da ausência de melhor método e da existência do meio mais adequado.....	515
5. Da primeira audiência judicial de mediação como audiência facultativa de pré-mediação: da adequada interpretação do artigo 334 do Código de Processo Civil de 2015	516
6. Da audiência ou sessão de pré-mediação ou inicial.....	519
7. Uma análise mais detalhada das audiências ou sessões de mediação.....	521
8. Do termo de adesão a mediação: sua importância, a questão do sigilo e os seus requisitos mínimos.....	524
9. Do término da mediação e da lavratura do termo de conclusão da mediação (com acordo ou sem acordo)	526
10. Considerações finais.....	527

CAPÍTULO 21 ► A mediação como forma de reconhecimento e empoderamento do indivíduo..... 529

Brunela Vieira de Vincenzi e Ariadi Sandrini Rezende

1. Introdução	529
---------------------	-----

2. A mediação como alternativa de resolução de conflitos.....	530
3. Conceito de mediação	531
4. Mediação e o Novo Código de Processo Civil.....	531
5. A emancipação do indivíduo: contribuição da Teoria Crítica	533
6. A luta por reconhecimento de Axel Honneth: o amor, o direito e a solidariedade	535
7. O empoderamento do Indivíduo através da mediação	537
Conclusão	538
Referências bibliográficas	539

CAPÍTULO 22 ► Conflitualidade imanente e resolutividade construída: 541

Emerson Garcia

1. Aspectos Introdutórios	541
2. A conflitualidade imanente à condição humana	546
3. A resolutividade construída pelo mediador.....	551
Epílogo.....	555
Referências bibliográficas.....	556

CAPÍTULO 23 ► Primeiras impressões sobre a confidencialidade e suas exceções na lei de mediação brasileira 559

Humberto Dalla Bernardina de Pinho e Mariana Freitas de Souza

CAPÍTULO 24 ► A experiência do Programa de Mediação de Conflitos da Secretaria Municipal de Cidadania 569

Karime Silva Siviero e Brunela Vieira de Vincenzi

1. Introdução	570
2. Regulamentação e funcionamento do programa	571
2.1. O pré-atendimento	572
2.2. A Sessão Conjunta.....	574
2.2.1 A questão da imparcialidade	574
2.3. As Sessões Privadas.....	576
2.4. A Sessão Conjunta Final e o encaminhamento à Defensoria Pública	577
3. análise de casos mediados pelo programa	578
3.1. Primeiro caso: o posicionamento da janela da vizinha	578

3.2. Segundo caso: o pensionamento do filho.....	582
3.3. O impacto social do programa	584
4. Conclusão.....	586
Referências bibliográficas	586

CAPÍTULO 25 ► Mediação privada – um mercado em formação no Brasil..... 589

Gabriela Assmar e Débora Pinho

1. A trajetória da formação de mercado para a mediação privada numa visão sistêmica	589
2. A interdependência entre a mediação privada e a mediação judicial	593
3. O momento de escolher a mediação como método de resolução do conflito	596
4. Oportunidade em tempos de crise	598
5. Os desafios do mercado.....	600
6. O Papel do advogado	601
7. Os primeiros passos para prover serviços de mediação privada.....	603
8. Conclusão.....	606

CAPÍTULO 26 ► A mediação nos esportes: aspectos gerais e o caso do Tribunal Arbitral do Esporte (TAS) 607

Pedro Fida e Marcos Motta

1. Introdução	607
2. Esporte: uma complexa indústria	608
3. Tipos de conflitos recorrentes nos esportes	608
3.1. Conflitos submetidos a processos adjudicantes.....	609
3.2. Conflitos submetidos a processos autocompositivos.....	610
4. Mediação nos Esportes	612
4.1. Estudo de caso: Woodhall v. Warren.....	615
4.2. Vantagens da mediação nos esportes: aspectos gerais	616
5. Tribunal Arbitral do Esporte (“TAS”): Estrutura e Funcionamento	617
6. Mediação no TAS.....	618
7. Conclusão.....	621

CAPÍTULO 27 ► Justiça restaurativa e mediação vítima-ofensor no sistema criminal..... 623

Ilana Martins Luz

1. Considerações iniciais: breves comentários sobre o paradigma restaurativo	623
2. Os processos restaurativos	630
2.1. O conceito de mediação	631
2.2. Espécies de mediação	633
3. A mediação e a justiça restaurativa	637
4. Fases de utilização do processo mediativo.....	643
5. Considerações finais.....	645

CAPÍTULO 28 ► A mediação e os conflitos de consumo649

Guilherme M. Martins

1. Introdução. A evolução da mediação no Brasil	649
2. O direito do consumidor como direito fundamental e a viabilidade da aplicação das técnicas alternativas de solução de conflitos	656
3. A experiência brasileira	658
4. Conclusão.....	661
5. Bibliografia	661

CAPÍTULO 29 ► O Conflito e a Mediação nas Relações de Direito de Família: uma nova Perspectiva sob o viés da Alteridade e do Novo Código de Processo Civil 663

Camila Stangherlin e Rafael Calmon Rangel

Considerações Iniciais.....	663
1. O acesso à justiça e os meios alternativos para o tratamento de conflitos	664
1.1. Acesso à justiça – breves considerações	664
1.2. Mas, afinal, o que é o conflito?	666
1.3. Mecanismos alternativos para o tratamento de conflitos	667
2. A mediação como método eficaz para a solução de conflitos	669
2.1 A Alteridade como Desafio	672
3. Relações familiares: a mediação como forma de tratar conflitos em juízo e fora dele	673
Considerações finais	680
Referências.....	681

CAPÍTULO 30 ► Novo CPC, Lei de Mediação e os Meios Integrados de Solução dos Conflitos Familiares – Por um Modelo Multiortas 685

Dierle Nunes, Natanael Lud Santos e Silva, Walsir Edson Rodrigues Júnior e Moisés Mileib de Oliveira

1. A família em (re)construção	685
2. Especificidades dos conflitos familiares	689
3. Novo CPC e Modelo Multiortas	692
4. Lei nº 13.140/2015	701
5. Conclusão	704
Referências bibliográficas	705

CAPÍTULO 31 ► Negociação direta ou resolução colaborativa de disputas (collaborative law): “Mediação sem Mediador” 709

Antonio do Passo Cabral e Leonardo Carneiro da Cunha

1. Apresentação	709
2. Breves notas sobre mediação e a conciliação	711
3. A negociação direta ou resolução colaborativa de disputas: do common law ao Brasil	714
4. Vantagens da resolução colaborativa	719
5. Convenção de procedimento participativo francesa	720
6. Aplicabilidade da resolução colaborativa de conflitos ao direito processual brasileiro	722
7. Possibilidade de utilização da técnica por órgãos públicos: Defensorias Públicas, Advocacia Pública, Ministério Público. Aplicabilidade pelos Escritórios-Modelo e Núcleos de Prática Jurídica das Faculdades de Direito	723
8. Conclusão	723
9. Bibliografia	724

CAPÍTULO 32 ► Punto de vista: Marc/Adr Y diversidad de culturas: el ejemplo latinoamericano 727

Eduardo Oteiza

1. Las dificultades de una visión que abarque diferentes países y subregiones	727
2. América Latina. Decepciones y esperanzas	729

3. Imprecisiones conceptuales. La imposición de un acrónimo y la relatividad de las fronteras entre los MARC	734
4. El acceso a la justicia como un problema de política pública cuya solución debe tener presente razones sustantivas y contemplar desigualdades.....	738
5. Crisis de confianza en el Servicio de Justicia y los mecanismos alternativos como una parte de un plan de reformas. Iniciativas de ayuda internacional y los MARC	741
6. El desarrollo de los MARC en América Latina. La incidencia de los programas de apoyo a los MARC.....	744
7. Conclusión.....	748

CAPÍTULO 33 ► La mediazione nelle legislazioni straniere.....751

Remo Caponi

CAPÍTULO 34 ► Notas sobre conciliadores e conciliação 755

Mauro Cappelletti (Trad. e Revisado por Hermes Zaneti Jr.)

CAPÍTULO 35 ► O Acesso ao Sistema Judicial e os Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias: Alternatividade Efectiva e Complementariedade 769

Paula Costa e Silva

1. Ponto de ordem	769
2. O tema.....	771
3. Os meios alternativos pré-contenciosos.....	779
4. O princípio de minimis non curat praetor e a jurisdição dos julgados de paz.....	781
5. A preferência da autonomia face à heteronomia	783
6. A arbitragem e o sistema judicial	785
7. O actual ponto de ruptura do direito de acção: o direito à satisfação efectiva.....	785

CAPÍTULO 36 ► The Modern Civil Process in England: Links Between Private and Public Forms of Dispute-Resolution 787

Neil Andrews

1. Introduction	787
2. 'Need for more focus': court litigation and the woolf reforms.....	788

3. Mediation and arbitration distinguished	795
4. Links between mediation, arbitration, and court litigation.....	796
5. Arbitration.....	800
6. Mediation	809
7. Conclusion.....	814